

Em defesa do paraíso: a identidade nacional continental contra o super imperialismo

Ítalo Dant Alves Monteiro¹

Resumo: Esse artigo busca compreender a crise de identidade sul-americana, não por meio dos agentes responsáveis pela corrosão dessa identidade, mas através da compreensão das táticas culturais, que buscam alimentar o reavivamento de políticas desarrazoadas, fomentar uma polarização disruptiva, reacionária, e em certa medida, subversiva e objetivamente neocolonial, assim como fornecer alguns elementos capazes de repelir tal intento.

Palavras-chave: Identidade Nacional; Super Imperialismo; Ocidentalismo; Identitarismo; Neocolonialismo.

Defending Paradise: Continental National Identity Versus Super-Imperialism

Abstract: This article seeks to understand the South American identity crisis, not through the agents responsible for the erosion of this identity, but through the understanding of cultural tactics, which seek to feed the revival of unreasonable policies, to foment a disruptive, reactionary, and to a certain extent, subversive and objectively neocolonial polarization, as well as providing some elements capable of repelling such an attempt.

Keywords: National Identity; Superimperialism; Westernism; Identitarianism; Neocolonialism.

¹ Mestre em Filosofia pela UFC. E-mail: italodant90@gmail.com

Introdução

Esse artigo busca compreender a crise de identidade sul-americana, não por meio dos agentes responsáveis pela corrosão dessa identidade, mas através da compreensão das táticas culturais, de um lado, com o uso de um identitarismo radical, e por outro, através de uma ideia mítica de “ocidente”, alicerçada por pilares ideológicos fantasmagóricos e importados, que buscam, cada um sem sua medida e com táticas distintas, alimentar o reavivamento de políticas desarrazoadas, fomentar uma polarização disruptiva, reacionária, e em certa medida, subversiva e objetivamente neocolonial, assim como desejamos fornecer alguns elementos capazes de repelir tal intento.

De acordo com o cientista político russo Leonid Savin (2024, p. 32-34), o:

conceito de ameaça híbrida é uma mistura complexa de ações irrestritas. Como a água fervente, que é forçada a se transformar em gás como vapor e depois reaparecer como líquido, dependendo das condições, a construção híbrida não tem forma permanente, mas retém seus componentes familiares. A ameaça híbrida é caracterizada como tendo comando e controle descentralizados, atividades militares e não militares distribuídas, combinando métodos convencionais, irregulares, terroristas e criminosos subversivos, explorando ambientes operacionais complexos e operando com a intenção de sacrificar tempo e espaço para obter uma solução por meio de atrito. [...] Ameaças híbridas representam uma evolução das forças armadas, não uma revolução.

Esse fenômeno explica bem o ano de 2013, na qual o Brasil viveu uma revolução colorida. Revoluções coloridas são uma estratégia de guerra híbrida, onde forças internas são instrumentalizadas, com ajuda financeira, logística, cibernética e jurídica de forças externas, que buscam desestabilizar um país, a fim de mudar sua política interna, seja através do reformismo social, derrubando seus dirigentes ou subvertendo uma das forças constitucionais, todos os meios em vista do mesmo fim: o domínio sobre determinada região ou nação. Vimos isso ocorrer em toda a Ásia Ocidental, por décadas, começando pelo antigo Reino do Irã, hoje República Islâmica do Irã. Até então, no Brasil, vivia-se um tempo de relativa estabilidade econômica, com um mercado interno aquecido e pujante, com uma das menores taxas de desemprego e com umas das melhores taxas de renda média *per capita* até o momento, acentuada queda na pobreza extrema e fome, com uma taxa de inflação controlada, porém,

com uma industrialização em declínio leve. Apesar dos problemas pontuais, tudo indicava que o Brasil se tornaria um ator global em diversos setores, assim como dava sinais claros de que as mazelas sociais internas convalesciam anualmente. Tudo mudou em 2013. Não caberia citar detalhadamente os eventos posteriores a esse fatídico ano, pois é de conhecimento público tudo que ocorreu. Porém cabe notar que alguns dos perpetradores internos, que participarão ativamente na revolução colorida de 2013, e no ano seguinte, nas manifestações contrárias a Copa do Mundo da FIFA, são, em sua maioria, agentes políticos e militantes, teoricamente, da “esquerda”. Hoje, alguns desses mesmos atores possuem grande difusão midiática e projeção política, com milhares ou milhões de seguidores em redes sociais, aproveitando-se da cordialidade e da memória claudicante do castigado povo brasileiro e de parte conivente da mesma “esquerda”.

Independente desses atores, que não nos cabe nomear, também é marcante, a partir desse mesmo período, além da perseguição política ao corpo executivo de então, por meio do *lawfare* (guerra jurídica), “um novo aspecto do conflito não cinético que visa ‘usar a lei como uma arma para manipular paradigmas jurídicos’” (Savin, 2024, p. 61), deu azo ao surgimento de novos movimentos de mobilização de massa, com grande difusão nas redes sociais, de cariz neoliberal, assim como a proliferação ou renovação de ideias reacionárias e apátridas, ventilada por agentes subversivos e provocadores, baseados no além-mar. Todo esse cenário de desestabilização e subversão ensejou o surgimento dos atores políticos e jurídicos responsáveis pelos eventos dos anos seguintes. Claramente, observamos o desenho de um cenário, que em seu objetivo final, é suprapartidário: um projeto neocolonial e de submissão nacional às potências externas. Esse projeto é facilitado pelas classes compradoras decadentes nacionais, que em essência, compartilham certos sentimentos sabotadores e posições políticas com a “esquerda” liberal-libertária pós-moderna: a *oikophobia*, um desprezo aos símbolos e identidades nacionais e regionais, em essência, um ódio ao povo, suas raízes, seus valores, sua história e a sua *unidad*, seja nacional, cultural ou mesmo civilizacional.

Inicialmente, iremos identificar dois *mitos*, que não serão lidos no sentido clássico do termo, mas no sentido de uma ideia capaz de capturar o imaginário e mobilizar as massas, nas direções que assim desejam os artífices dos seus respectivos movimentos políticos, seja o progressismo pós-moderno ou neoliberalismo totalitário, que como veremos, são artifícios de

uma guerra híbrida, e que tem a mesma finalidade imperial e neocolonial, divergindo apenas nos meios para tal intento.

O braço direito do neocolonialismo: o mito do “ocidente” como estratégia neoliberal

De uns anos para cá, tornou-se muito comum ouvirmos, em grupos políticos e midiáticos, a expressão “Ocidente”, que parece sintetizar simultaneamente uma amalgama de culturas e povos que vão desde dos gregos antigos até os puritanos ingleses. Atualmente, inserido nesse rol, encontram-se os tupiniquins, os quéchua, os mapuches, enfim, os sul-americanos em geral, lado a lado com os *yankees* e qualquer outro povo ou civilização do lado oposto ao oriente geográfico. Os adeptos desse mito mobilizador parecem crer que a dita “civilização ocidental”, como eles denominam o “Ocidente”, é sustentada por três pilares: a fé ou religião “judaico-cristã”, a filosofia grega (geralmente sem especificação, mas que induz a tradição platônica e aristotélica) e o direito romano. Os crentes desse mito mobilizador creem que caindo algum desses pilares, “nós”, do “Ocidente” coletivo voltaríamos a “barbárie” e a animalidade, implicitamente, voltaríamos ao *status* de povos não-ocidentais, o que revela, além de um racismo e um supremacismo velado, uma ignorância terrível de um mundo que não seja liberal, materialista e individualista.

Autores reacionários e neoliberais, como Roger Scruton, Russel Kirk, L. von Mises, F. Hayek e seu discípulo como um todo, a maioria de matriz anglo-saxã, difundiram uma nova leitura de mundo baseado numa falsificação da história: a crença que a civilização “ocidental” foi forjada por esses três elementos, independente dos antagonismos históricos, culturais e religiosos. Muitos até a justificam, baseado numa fala do papa Bento XVI (2011, p. 1), quando ele disse em seu parlamento natal o seguinte: “A cultura da Europa nasceu do encontro entre Jerusalém, Atenas e Roma, do encontro entre a fé no Deus de Israel, a razão filosófica dos Gregos e o pensamento jurídico de Roma. Este tríplice encontro forma a identidade íntima da Europa”. Essa passagem levanta diversas questões ignoradas pelos adeptos do mito ocidentalizante: A Europa é o “ocidente”? A cultura europeia é a cultura ocidental? Quais são as consequências dessa visão para as Américas, em específico, a América do Sul? A América do Sul, culturalmente, é ocidental?

Num primeiro momento, percebemos uma distorção grave no que buscou exprimir Bento XVI, e os proponentes e defensores do mito do “ocidente”. Independente da falsificação histórica e da distorção dessa fala, esse mito se tornou lugar-comum e praticamente virou a ponta de lança da direita tupiniquim, por meio de redes de mídia digital e autores divulgados ou que pertencem a essa bolha virtual. Esses atores políticos midiáticos, em sua maioria, atuando ou recebendo financiamento de fora, possuem um objetivo claro de subversão, com ataques às universidades, à classe docente, à cultura, à história e até a religião, e o que mais de brasileiro houver a ser subvertido e atacado, em prol de uma ressignificação total de valores, agora, aos moldes “ocidentais” recém-descobertos. O “Bostil”, expressão utilizada comumente em meios digitais para referir-se a nossa pátria, é sempre tida como decadente, sem solução, corrompida não só politicamente, mas em sua *essência*, não restando alternativa a não ser passá-la por uma terapia de choque, uma “ucranização”, uma reforma completa: só com um “retorno” aos altos valores “ocidentais” o Brasil teria “salvação”.

O grande problema para os adeptos dessa hipótese referente ao “Ocidente”, é parecer não perceber que já não há, se é que em algum momento num passado próximo ou remoto, houve uma civilização onde esses três pilares existiram concomitantes, e que, se formos inocentes quanto aos mobilizadores desse mito e ignorando sua cegueira seletiva, o que não percebem é que atualmente, esses três pilares não só não coexistem, mas de fato soçobraram, graças ao mesmo “Ocidente” decadentista, pelos mesmos valores que esses crentes parecem não entender, mas que defendem cegamente. A civilização europeia medieval, que por sinal defendia outra trindade, como a sagrada escritura, a sagrada tradição e o sagrado magistério, passam ao largo desses três pilares, que como vimos, são bem definidos e instituídos, de forma vertical, através de propaganda, influenciadores digitais e agentes políticos, aos adeptos de baixo, como frutos maduros, de uma matriz e uma cosmovisão neoliberalizante e moderna. Portanto, quem quer que não espose esse ideário, que em essência, é neoliberalizante e moderno, seja do ponto de vista ideológico, político ou econômico, enquadra-se fora desse projeto político, e é visto como “inimigo” a ser suplantando, reformado ou mesmo destruído.

Em suma, os defensores dessa tese querem mesmo é defender a modernidade neoliberal e seus valores, como o individualismo radical, o materialismo mais abjeto, a secessão regional e a fragmentação nacional e o desmantelo do Estado, a eliminação de direitos humanos fundamentais mais básicos em prol de um projeto de país visto como um

“grande mercado”, sem fronteiras, sem raízes, sem história, projeto facilitado através da destruição do Estado, do alijamento do bem comum frente ao bem individual e seu direito proprietário, visto como absoluto, usando como subterfúgio uma falsificação do passado, agora tomado como mito de mobilização cultural. O historiador Quinn Slobodian (2018, p. 57-58) é fundamental para entender o papel do neoliberalismo como agente de disruptão, não apenas econômica, não apenas como uma agenda de desregulamentação estatal e justificação do livre mercado no mundo contemporâneo, mas que em essência, possui uma agenda cultural e legal:

O neoliberalismo nasceu de projetos de observação mundial, coleta de estatísticas globais e investigações internacionais sobre o ciclo econômico. Por que esse fato é tão frequentemente ignorado pelos historiadores? Parte da razão é que a conclusão final dos neoliberais sobre a Grande Depressão e suas consequências foi que os números não eram suficientes. Mesmo com as técnicas de planejamento ganhando força tanto em Genebra quanto na corrente principal da profissão econômica no final da década de 1930, os neoliberais se uniram em torno da crença de que nem a estatística, nem a teoria com base matemática, nem a ciência nascente da econometria seriam suficientes para prever ou evitar crises futuras. Eles até pensavam que a crescente sofisticação de tais abordagens poderia, contraintuitivamente, estar aumentando a probabilidade de outra crise, ao fomentar a falsa crença de que a ciência poderia tornar a economia mundial à prova de crises. [...] No final da década de 1930, os neoliberais da Escola de Genebra concordaram que os pilares mais importantes da integração não podiam ser representados ou compreendidos por meio de gráficos, tabelas, mapas ou fórmulas. Eles redirecionaram sua atenção para os laços culturais e sociais, mas também para a estrutura da tradição e do Estado de Direito, que percebiam estar se desintegrando na década de 1930.

Portanto, a “solução” neoliberal para a manutenção do *status quo* do capital internacional e dos bolsões de riqueza intergeracional seria não apenas criticar o reducionismo estatístico economicista ou fomentar a ideia de estado mínimo, mas de fato, diminuir o papel cultural e legal do Estado, atuando por meio de instituições culturais e não-governamentais, ao promover essa ideologia emergente, de que a economia individual ou coletiva seria importante demais para estar na mão do Estado. A solução seria criar órgãos e instituições financeiras, que facilitassem a internacionalização do capital e seu livre trânsito entre os países (Slobodian, 2018, p. 92):

Como explicar o fato incongruente de que os supostos profetas do Estado mínimo eram, na verdade, defensores de variedades de governo supranacional? [...] Na Europa, o neoliberalismo surgiu na década de 1930 menos como um projeto econômico do que como um projeto de política e direito. Buscava-se modelos de governança, em escalas que iam do local ao global, que melhor envolvessem e protegessem o espaço da economia mundial. Os neoliberais descreveram isso como

uma campanha contra o ‘intervencionismo’, mas era claramente intervencionista por si só. Michel Foucault estava correto ao ver o neoliberalismo como um projeto de ‘intervencionismo legal’ [...] para combater o poder incipiente das massas democraticamente habilitadas e daqueles grupos de interesses especiais, incluindo sindicatos e cartéis, que buscavam obstruir a livre circulação da concorrência e a divisão internacional do trabalho. Os neoliberais deram um nome ao inimigo nas décadas de 1930 e 1940: ‘nacionalismo econômico’.

Logo, independente de impérios caírem, o capital seria protegido, se houvessem “direitos” proprietários absolutos, seguro das mãos dos Estados-nações, que impedem a livre circulação de capital. Superado isso, o problema para o capitalismo neoliberal, portanto, já não é puramente as economias nacionais, o arcabouço legal ou livre-câmbio internacional, pois essas barreiras já há muito caíram. O problema atual é puramente cultural. E para alguns proponentes do neoliberalismo, alguns povos ou raças não possuem a “infraestrutura moral” para o avanço e salvaguarda desse modelo econômico, e sendo assim, a democracia é uma ferramenta perigosa demais para estar na mão do povo (Slobodian, 2018, p. 149). Portanto, tudo é válido para a preservação do neoliberalismo, desde do neocolonialismo, da injeção de falsificações históricas, até guerra híbrida e manipulação do sistema político ou jurídico do país alvo. Nessa perspectiva pós-modernista, o que importa é a narrativa. O povo precisa estar distante da realidade objetiva, alienado não só materialmente da economia, mas preso a uma mais-valia ideológica. Para os crentes do “ocidente”, Europa, EUA e Brasil são a mesma coisa, fazem parte do mesmo bloco cultural, e isso justifica tudo, como a destruição de seu Estado, e essa ideia pervasiva talvez explique a constância de alguns políticos e juristas passarem mais tempo em Washington, Nova Iorque ou Paris que em Brasília.

O braço esquerdo do neocolonialismo: o identitarismo radical como estratégia neoliberal

Talvez o grande responsável pela instrumentalização e mobilização das massas, por meio do braço direito do projeto neocolonial e desmonte do Brasil, seja a identificação do “inimigo”, no caso do Brasil: o “comunismo” ou “marxismo cultural”. Esses entes fantasmagóricos, que espreitam os corredores universitários e os confins mentais de pessoas sem muita conexão com a realidade geopolítica contemporânea, em suma, são os grandes “inimigos” eleitos pelas elites que manietam as massas, em busca de perpetuar a dialética da exploração e da catástrofe econômica. O progressismo pós-moderno, identificado vulgarmente como o “wokismo” ou identitarismo radical, é o vilão a ser combatido.

Diversos autores credenciados academicamente ou não se debruçaram sobre o tema do “*wokismo*”, identificando suas características e taxando o progressismo ideológico pós-moderno como uma espécie de “vírus” mental, com vários “sintomas” preocupantes, como declínio cognitivo crônico, a incapacidade de ouvir ou compreender o “outro”, agressividade com opiniões divergentes, beirando a agressividade física, uma certa megalomania moral e ideológica, e talvez o aspecto mais ocultado pela maioria dos investigadores desse fenômeno, talvez pelo fato de seus leitores sofrerem do mesmo mal: uma ignorância seletiva e subserviência as grandes elites que financiam e promovem o identitarismo radical, seja de direita, com seu mito mobilizador e seu valores neoliberais, ou de esquerda, por meio da indústria cultural midiática, *think tanks*, grandes bancos e suas respectivas fundações, nacionais e internacionais, assim como através das “organizações neo-governamentais”, citando nosso antigo e não tão saudoso presidente, Fernando Henrique Cardoso.

Esse “vírus” mental, um produto da pós-modernidade, além de altamente “contagioso”, é difuso, pois utiliza, além dos meios convencionais, meios insuspeitos de “proliferação”, como a luta por melhores condições de vida, dignidade e afirmação existencial de camadas da população, excluídas do cenário econômico neoliberal, em suma, a luta pela justiça social como um todo. Como destacamos, o neoliberalismo é uma doutrina que surgiu no entreguerras, na Áustria, que em miúdos, propõe que o direito ao patrimônio econômico é um “direito humano”, e deve estar acima do poder estatal, devido a sua “fragilidade” em administrar a economia (Slobodian, 2018, p. 57). O “*wokismo*” entra nessa leitura como um fenômeno identitário tribal, radical e suprapartidário, que atua como um veículo para a aplicação do neoliberalismo no país-alvo, como uma tática de “zona cinzenta”, de guerra híbrida, que é caracterizado “pela natureza ambígua do conflito, pela opacidade das partes envolvidas ou pela incerteza da estrutura política e jurídica” (Savin, 2024, p. 90). Ou seja, a utilização de movimentos identitários como *proxies* (intermediários) é facilitada pelo apoio financeiro a organizações não governamentais, com a promoção fundamental de clivagens étnicas e sociais, apoio publicitário e organização de protestos, onde parte desse financiamento é utilizado para fins de coerção econômica ou radicalização dos integrantes de tais movimentos. Como Slobodian constatou (2023, p. 102), historicamente houveram

tentativas de radicalizar e manietar o sentimento ufanista para fins de destruição da unidade nacional, utilizando e fomentando movimentos identitários:

Em um periódico que Rothbard ajudou a lançar, chamado *Left & Right*, ele propagou a secessão como uma *práxis* revolucionária. Os radicais não deveriam tomar o Estado, mas sim sair — e criar novas políticas próprias. Como combustível para a secessão, Rothbard via o nacionalismo como uma força positiva. Movimentos separatistas, da Escócia à Croácia e Biafra, foram construídos com base em um senso comum de pertencimento a um grupo, a uma nação ou etnia. Nos Estados Unidos, ele se interessava especialmente pelo potencial do nacionalismo negro. Ele admirava aqueles na luta pela liberdade negra que buscavam a autoajuda comunitária e a autodefesa coletiva e endossava o apelo de Malcolm X ao separatismo em detrimento do apelo de Martin Luther King Jr. à contenção e à não violência. Rothbard e seus colaboradores acreditavam que a secessão negra dos Estados Unidos era alcançável; de fato, as comunidades deveriam respeitar o princípio da separação racial. Ele se frustrou com a colaboração inter-racial de radicais brancos e negros. Os negros deveriam trabalhar com os negros, ele pensou, assim como era ‘responsabilidade dos brancos construir o movimento branco’.

Percebemos que não só a teoria de gênero pode ser interseccional, mas também o neoliberalismo e o imperialismo. Precisamos deixar claro que a esquerda não é monolítica, assim como a direita. Porém, em relação ao progressismo liberal libertário pós-moderno, o identitarismo radical tornou-se a regra, ou mesmo um dogma. O esfacelamento das comunidades tradicionais e atomização dos indivíduos levou as pessoas ao tribalismo, unidas por meio de identidades artificiais relacionadas ao consumo ou contágio social, seja em relação ao viés político, gênero, sexualidade e/ou raça. Por isso a confusão dessas pessoas ao verem grandes corporações ou bancos promovendo suas identidades. O banqueiro, graças ao identitarismo radical, agora tem “consciência social”, e se ele está financiando seu movimento, ele é um “aliado”.

Ao observarmos o culto ao “ocidente”, nos perguntarmos como tantas pessoas são capturadas ideologicamente por esses mitos mobilizadores. Não apenas pessoas simples, mas até pessoas altamente credenciadas, quedam-se presas por esses movimentos políticos-ideológicos. Claramente o que atrai essas pessoas, de diferentes camadas sociais e intelectuais, não é um mal latente em seus corações, mas sim, o sequestro de suas boas intenções, seja por um líder carismático, um conglomerado de propaganda midiática de ação diurna ou pelo seu mito político-ideológico, típico de operações psicológicas, contágio social e pressão de grupo, ou uma conjunção desses fatores. Amar a terra natal e seus habitantes é natural, porém, essa virtude cívica de amor ao próximo e a sua casa comum pode ser facilmente manipulado para fins escusos. O mesmo ocorre em relação à identidade. A

afirmação existencial da identidade e a busca por justiça social são naturais e fundamentais. Porém, quando vemos financiamentos por meio de ONG's, institutos e fundos de investimentos bilionários, que em última instância, desejam promover uma nova “teologia” da prosperidade identitária, na qual essa ideologia é tomado como “dogma”, e seus críticos tratados como “hereges” a serem cancelados, promovendo estratégias de atrito e disruptão entre as camadas inferiores da sociedade brasileira, obnubilando os verdadeiros títulos e donos do poder, que incentivam avidamente tal conflito, ao invés de mudar o sistema político e econômico, percebemos que estamos de frente de um neocolonialismo mascarado, muito mais sutil e muito mais complexo que observado em outros pontos.

Wanderson Chaves, autor da fundamental obra “A Questão Negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)”, investigou os arquivos desclassificados da *CIA*, a agência de inteligência estadunidense, e percebeu uma relação promíscua entre intelectuais brasileiros, referências de alguns movimentos identitários, e a grande fundação estadunidense (Chaves, 2023, p. 113):

O esforço da Fundação Ford fazia parte de seu investimento nas atividades do Comitê de Estudos Latino-Americanos, administrado pelo SSRC e pelo Conselho Americano de Sociedades Científicas (ACLS). Iniciado em 1959 como uma política pós-Revolução Cubana, pretendia produzir, dentro e fora dos Estados Unidos, conhecimento especializado de alto nível sobre a América Latina. O foco era o intercâmbio acadêmico continental e a redefinição de temas de pesquisa e debate, realizados por meio de uma extensa agenda que incluía eventos, traduções, publicações, eventos científicos e a criação de novas instituições de pesquisa. [...] Dezenove professores brasileiros, entre 49 latino-americanos, receberam bolsas de estudo [...] Este trabalho de tradução estava totalmente ligado ao programa de intercâmbio EUA-América Latina da Fundação Ford, através do qual os editores do *Universities Consortium* receberam a maioria das publicações traduzidas. O patrocínio do projeto AAUP da Fundação *Rockefeller* foi renovado por mais quatro anos em janeiro de 1966, com um investimento de US \$ 240.000,30 e uma nova série de propostas de tradução por autores brasileiros foi aprovada.

A Fundação Ford, durante a guerra fria, agia como uma espécie de braço não governamental, aparentemente “neutra”, para evitar certos constrangimentos nos países alvos de sua guerra híbrida, em suma, para facilitar a implementação do neoliberalismo e do livre mercado, e também ideias e teorias extraídas do contexto estadunidense para resolução de conflitos em seus países natais, dessarte. Acreditava-se que se seu povo ou seu Estado não estão “progredindo” em direção a “democracia”, aos padrões e aos valores anglo-saxões, esse povo ou Estado estaria encaminhando-se para uma ditadura populista ou ao comunismo autoritário. Não temos dúvidas que o mesmo procedimento continua funcionando atualmente,

pois a estratégia da Fundação Ford teve um papel decisório durante o período, na qual “propôs e incentivou projetos internacionalmente de reforma política e social na qual as *ciências sociais* poderiam desempenhar o papel de uma vanguarda política e intelectual” (Chaves, 2023, p. 128). Bourdieu é assertivo em relação a forma como se implantam tais interesses neocoloniais (1999, p. 51):

[...] disciplinas percebidas como marginais ou subversivas, como Estudos Culturais, Estudos de Minorias, Estudos Gays ou Estudos da Mulher, assumem, aos olhos de escritores das ex-colônias europeias, por exemplo, o fascínio de mensagens de libertação. De fato, o imperialismo cultural (americano ou não) nunca se impõe melhor do que quando é servido por intelectuais progressistas (ou por ‘intelectuais de cor’ no caso da desigualdade racial) que parecem estar acima de qualquer suspeita de promover os interesses hegemônicos de um país contra o qual empunham as armas da crítica social.

Começa-se a se desenhar qual o verdadeiro interesse desses grandes grupos financeiros em ventilar tais ideias nos países sul-americanos, ao incentivar e promover a distribuição de obras e traduções de autores estrangeiros, assim como a tradução de autores nacionais para seus mercados, ou financiar estudos de pesquisadores no exterior. Uma das características do imperialismo cultural é justamente “universalizar particularismos ligados a uma tradição histórica singular, para que particularismos não sejam reconhecidos como tal” (Bourdieu, 1999, p. 41), e nada mais prático para o império que importar seus parâmetros sociais e econômicos, por meio de agentes desinformados, enquanto neutraliza o contexto histórico do país-alvo que ele deseja desmantelar, ao “comprar” ou enganar não só a classe política, mas a classe intelectual, garantindo “a venda de livros” (Bourdieu, 1999, p. 45), promovendo tal ou qual intelectual, enfim, com o discurso que essas elites econômicas desejam medrar na sociedade alvo. Esses mesmos intelectuais assumem o papel de “importação-exportação conceitual, de ‘místicos mistificadores’ que transportam, sem saber, oculta e muitas vezes amaldiçoado, os produtos culturais que eles colocam em circulação” (Bourdieu, 1999, p. 47). Cabe então aos mesmos intelectuais desvincilar-se de tais armadilhas, discernindo a intenção dos *mecenas* e das ideias importadas do estrangeiro, por mais que essa posição não seja economicamente favorável ou mesmo popular, devido ao tribalismo típico do âmbito intelectual referente a temas sociais. Objetivamente, essas ideias importadas são “esforços em várias camadas para desestabilizar um Estado em funcionamento e polarizar sua sociedade” (Savin, 2024, p. 43). Com isso, vemos que tais movimentos, com pautas razoáveis e bem-intencionadas, são utilizados não para fins verdadeiramente

revolucionários, mas para garantir a estabilidade e manutenção do grande capital as custas da população e sua esperança de redenção existencial, geralmente promovendo exemplos de “sucesso”, retirado dessas camadas sociais, sem de fato alterar nada estruturalmente e economicamente, para a grande massa de desassistidos, que lutam, sofrem e se acotovelam para um dia serem os próximos exemplos de “sucesso” nesse cenário escabroso.

A “ibero América” contra o “super imperialismo”

De acordo com Lênin (2011, p. 180), o que caracteriza uma sociedade como Imperialista, é sua capacidade de exportação de capital, ou seja, sua capacidade monopolizar a produção material e controlar o horizonte fiscal de países emergentes, em boa medida, explorando suas riquezas e estagnando seu crescimento econômico e seu desenvolvimento industrial, enquanto simultaneamente coopta suas elites financeiras e intelectuais, o que é no mínimo, lastimável, enquanto as mesmas esforçam-se “por desviar a atenção do essencial por meio de projetos de ‘reformas’ completamente desprovidos de seriedade” (Lênin, 2011, p. 245). A partir dessa breve definição, percebemos que o termo Imperialismo não concorda ou condiz com práticas econômicas da atual potência econômica global, a China, mas representa perfeitamente a agenda política externa europeia e estadunidense. Na medida que o Império espalha suas redes de capital, os bancos agem como facilitadores da apropriação e partilha das riquezas dos países emergentes para os grandes grupos capitalistas, radicados no hemisfério norte, mantendo nos mesmos países emergentes, uma economia de dependência, incapaz de fomentar sua industrialização ou escapar desse domínio fiscal, sob pena de sanções ou mesmo intervenção militar.

Michael Hudson, um aclamado historiador e economista estadunidense, revela que os Estados Unidos da América representam, desde no nascimento da ordem global estadunidense, no início do século XX, ser o principal e mais feroz representante do imperialismo, do empobrecimento global, da destruição das identidades nacionais e da uniformização ideológica e política. Umas das principais ferramentas utilizadas pelo imperialismo estadunidense, são os empréstimos internacionais, como vemos costumeiramente acontecer na América do Sul, com uma finalidade específica de “promover as exportações dos EUA e apenas *incidentalmente* contribuir para o desenvolvimento internacional” (Hudson, 2003, p. 221), mas de fato, essa estratégia, além de sequestrar a

capacidade produtiva dos países-alvos, ainda avança os interesses políticos e diplomáticos estadunidenses, tornando esses países cativos e minimizando possibilidades de oposição organizada. Daí a especificidade do autor em denominar o imperialismo estadunidense em um *super imperialismo*, pois apesar da assertividade de Lênin e outros teóricos acerca do imperialismo, “Lênin não antecipou nem analisou os aspectos únicos da emergência dos Estados Unidos como a única grande nação credora” (Hudson, 2003, p. 55), no sentido que o imperialismo estadunidense transcendeu a mera expansão do monopólio capitalista ou em novas formações de capital, de endividamento e estagnação econômica dos países dependentes ou na neocolonização, mas promoveu ativamente uma *dominação de espectro total*, ajudado pelos vassalos europeus, aplicando um domínio não apenas a nível financeiro, mas a nível político, ideológico, intelectual e militar, com a finalidade específica de retro alimentar a si mesmo e seus aliados, através do dispêndio do capital em mais capacidades militares, assim como no seu consumo civil interno, e no fomento de suas bolhas financeiras e imobiliárias.

Um dos primeiros filósofos a entender a tática da “besta-loira” foi o filósofo boliviano Fausto Reinaga, sem medir palavras, ele declara que (2010, p. 20):

Os jovens devem cuspir seu desgosto e desprezo por tudo o que é importado das nações imperialistas ou socialistas. Porque tudo o que vem do Ocidente é veneno e exploração para a América Latina. O ópio da religião branca, o ópio do ‘comunismo’ e bugigangas industriais, serviu apenas para que a América Latina, assim como a Bolívia, gemessem em sua tragédia atual: um paraíso do capital financeiro, dos tecnocratas gringos, dos ‘comunistas profissionais’ [...] O Ocidente que agrediu conhecimento e riqueza, cultura e obra de todos os povos da terra; que roubou o pensamento e o ouro da Ásia, África e América do Sul; Hoje, este Ocidente – como Caim antes de Abel – instalou-se com sua bomba atômica contra a humanidade [...] A universidade é uma fábrica que produz profissionais que dão origem às organizações que sustentam o sistema social ‘oppressor e repressivo’ criado pelo Ocidente. A universidade é a fábrica da qual são produzidos ‘doutores’ e ‘generais’. Presidentes, ministros de Estado, embaixadores e ‘técnicos’ do ‘desenvolvimento’ industrial e militar; em suma, todo o sistema burocrático que o Estado colonizado possui. Da escola à universidade, os jovens são submetidos a um sistema de ferro. Seus pescos são aplacados pelo jugo da ditadura: a ‘ditadura pedagógica’; organizada, imposta e executada a partir das metrópoles da Europa e dos Estados Unidos.

Para Reinaga, a única solução para o problema colonial é a revolução popular, ou seja, algo que surja organicamente de baixo para cima, distante da classe intelectual, que foram moldadas intelectualmente pela cultura ocidental, e onde naturalmente, não teriam capacidade de criar e produzir algo além do que receberam, pois pensam e agem semelhante a

“besta-loira”, agem como ecos de uma cultura e civilização decadente e moribunda, que parasita a América Ibérica e escraviza seu povo, em boa parte devido aos problemas supracitados, por meio do esvaziamento do conceito de identidade, de identidade nacional e sua manipulação política para fins neoliberais e neocoloniais. Para Reinaga, o resgate da identidade nacional deve “ser nacional. O ser nacional é o índio. O índio histórico é uma Nação; a única Nação” (2010, p. 432), no sentido que para Reinaga, somente uma revolução do povo, pelo povo e para o povo, e no caso específico da Bolívia, e sua maioria indígena, poderia romper com o Ocidente e seus valores escravagistas.

É de conhecimento geral que Michel Chevalier, um intelectual francês do século XIX, criou o termo “*Amérique Latine*”, posteriormente popularizado pelo imperador Napoleão III, durante sua invasão ao México, no mesmo século. O objetivo político declarado por ela era de “unificar” os países de língua romântica, mas, em essência, o que ele tenta é “afirmar sua pertença a um continente que lhe é completamente estranho” (Buela, 2023, p. 40), em suma, foi uma tática de balcanização e expansionismo imperial francês, ao imiscuir a ideia de uma participação de franceses na epopeia sul-americana, que, obviamente, foi quase exclusivamente ibérica, assim como os atores responsáveis pelo seu processo de emancipação. Infelizmente, ainda hoje no Brasil e no resto da América Ibérica, vemos pessoas informadas utilizando esse termo para referir-se ao “continente esquecido”. Assim, um problema fundamental toma forma: qual a identidade da América Ibérica? Participamos da identidade ocidental? Somos culturalmente semelhantes ou temos resíduos culturais dos países do norte global, o que justificaria essa aproximação promíscua entre atores políticos de países dependentes e agentes neocoloniais, como vemos de forma flagrante hoje em dia? Para respondermos essas perguntas, precisamos primeiro entender o que é o Ocidente, e se a América Ibérica faz parte deste Ocidente, para depois entendermos o que é a América, e o que é ser Ibero Americano.

O filósofo e escritor argentino Alberto Buela nos convida a pensar sobre nossa identidade, frente ao imperialismo cultural e financeiro imposto aos sul-americanos. Buela, apesar da sua formação clássica, consegue nos desvencilhar do pensamento dos donos do mundo, nos convidando a pensar a América Ibérica, essa “utopia” real, esse paraíso a ser construído, esse grande sonho compartilhado que se chama América do Sul, esse recipiente

mágico e hospitaleiro de todos os povos do mundo, e na qual todos, sem exceção, somos imigrantes, alguns antes, outros depois.

Diferente de muitos autores ibero-americanos, Buela não aceita de pronto a pecha de que a hispano América é ocidental. Primeiramente, a América ibérica é uma “nação colossal”, possui uma unidade geográfica, política, cultural, linguística e religiosa indivisível e *sui generis* no mundo. Este gigantesco espaço geográfico, devido a sua unidade, possui uma identidade comum. E essa identidade comum não é fruto apenas da unidade comum e dos objetivos emancipatórios em comum, mas também do inimigo comum. E como vimos no decorrer do artigo, o inimigo comum da Ibero América é o imperialismo anglo-saxão, que tem em mãos as armas financeiras, ideológicas e militares. Identificado o inimigo comum, a primeira pergunta que temos de fazer é: somos, como eles, ocidentais? O que é o Ocidente? Seria ridículo resumir essa pergunta recorrendo a definição do termo ou apelando para convenções geográficas, “o Ocidente é obviamente outra coisa. No momento, podemos dizer que é um conjunto de valores, que são comuns às experiências de certos povos representadas através de seus modos de vida” (Buela, 2023, p. 28), logo, a partir das vivências, que são resultados de lutas comuns, de expressões plásticas, linguísticas, arquitetônicas, em suma, as expressões culturais, tudo nos aponta para uma cosmovisão inteiramente distinta entre os povos do norte global. E isso se torna mais grave politicamente (Buela, 2023, p. 29) onde:

o problema da contradição dentro do próprio conceito de Ocidente, no sentido de que participam nele nações colonizadoras e colonizadas, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em suma, povos libertados (com sua própria identidade) e povos dependentes (em busca de sua própria identidade). A falta desta última leva necessariamente à dependência em todas as esferas, seja ela política, econômica, cultural, etc. É por isso que a ‘questão nacional’ é a primeira das questões a serem resolvidas. Em uma palavra, em um país dependente não se pode deixar de ser ‘nacionalista’ sem cair no crime de lesa-pátria

E essa identidade comum sul-americana pode ser definida com certos princípios universais, como o substrato linguístico, as expressões culturais, as manifestações religiosas, o sentido hierárquico da vida, dos seres e das funções, a afirmação de si mesmo, e com isso, a manifestação da afirmação da identidade, do direito à diferença e do sentido da alteridade, assim como o patrimônio filosófico grego, como a noção de *ser*, e do patrimônio cristão-católico, como a noção de *pessoa*, como um ente moral, livre, a mistura e mestiçagem ideológica, assim como biológica, sem reservas ou inconvenientes, algo impensável no hemisfério norte e em tantos outros lugares.

Por meio desses princípios, que em certa medida se tornaram estranhos e foram reprimidos pelo Ocidente atlantista decadente, mas que ainda vigoram na ibero América, tais valores são capazes de estabelecer uma identidade com um significado histórico político, que um dia unificou esta “nação colossal” em seu processo civilizatório e emancipatório, e que pode ainda ter um papel decisório em sua história. Em certo sentido, ao ressignificar tais valores concretamente, somos mais ocidentais que os próprios Ocidentais. De acordo com Buela, a nossa consciência de ser americano, de ser o que nós somos, não é um produto da mera mescla, da sobreposição ou do somatório do índio, do negro, do imigrante, como afirmam alguns teóricos, “onde cada um dos componentes permanece independente como substância. A nossa consciência hispano-americana não é um composto acidental, mas um *misto perfeito* para falar em termos filosóficos” (Buela, 2023, p. 87), um composto perfeito, algo novo, que só um mundo novo poderia criar, uma raça cósmica, assim como nossas aspirações.

Identificada nossa identidade real, precisamos responder o que é a América Ibérica. Para Buela, a América do Sul, além de obviamente ser um enorme espaço geográfico, “diferenciou-se do resto do mundo pela sua capacidade de hospedar (*hospitari*) qualquer homem, como hóspede (*hospes*), vindo do inóspito” (Buela, 2023, p. 88), homens e mulheres que fugiam da guerra, da fome e das dificuldades. Na América, somos todos imigrantes: os índios chegaram pelo Estreito de Bering, e as outras raças pelo Atlântico. E nisso, tanto a América do Sul quanto a do Norte tem algo em comum. A América, com essa possibilidade única no mundo, oferece a quem a reside uma oportunidade sempre nova. E com isso, exige-se de seus habitantes um esforço de conversão, em tornar-se americano, “de transformar o ôntico em ontológico, ou seja, dar um significado americano à América” (Buela, 2023, p. 89), uma oportunidade de fundar algo novo, não com base em utopias antigas, mas a partir de nós próprios, dos nossos valores e nossas vivências e experiências históricas.

Buela acredita que a única forma de unificar a ibero América, de maneira séria e eficaz, contra o império, se dará por um “pensamento nacional”, não um mero nacionalismo retrógrado e autoritário, mas a ideia de uma grande pátria, uma Hispano América unida, verdadeiramente autônoma e concreta, e não uma abstração vazia sem possibilidade de realização. E tal intento só se torna possível, por meio de novas categorias de pensamento, distante das categorias e vivências europeias, e essas novas categorias de pensamento só

podem surgir quando nos libertarmos ideologicamente de algumas amarras conceituais, como o próprio conceito de América Latina, termo que além de incorreto, “mascara uma vontade de poder totalmente alheia à nossa identidade e interesses” (Buela, 2023, p. 41). Em suma, devemos nos afastar do termo “América Latina”, tanto quanto de um Ocidentalismo impensado e alienígena, ao encontrarmos nossa identidade ibero/hispano-americano, uma identidade depurada dos resíduos culturais e neocolonais do império. Nem mesmo o Estado-nação moderno poderia fazer frente ao imperialismo, visto que esses nacionalismos de “invenção europeia, que surgiram diante do colapso do cristianismo devido à Reforma Protestante, ‘vieram preencher o vazio deixado pelo enfraquecimento da religião cristã e da sensação de segurança dos povos em um mundo secularizado’” (Buela, 2004, p. 81), replicando aqui, Estados republicanos virtuais, sem o conceito de nação, e o que em parte explica a ausência de uma identidade soberana, pois carece de uma essência genuína. Nem mesmo as experiências históricas sul-americanas de um nacionalismo anti-imperialista seria capaz de fazer frente ao império, pois tendo “esse nacionalismo marxista, importado em tudo — linguagem, emblemas, símbolos, slogans, políticos e teóricos — marcou o afastamento máximo da Nossa América, chegando ao ponto de negar nossas tradições mais telúricas como religião, etnia ou pátria” (Buela, 2004, p. 81).

Buela percebe que apenas um projeto que faça jus ao espaço geográfico e a unidade linguística, cultural, institucional e religiosa da América, ao sentimento de ser ibero-americano, poderia fazer frente ao império, somente um pertencimento dos povos, a afirmação de sua identidade singular e coletiva, em uma grande pátria poderia vencer o inimigo: um nacionalismo *continental*. Historicamente, esse processo de unificação foi tentado, primeiro pelos colonizadores espanhóis, depois por Simon Bolívar, e terceiro por Augusto César Sandino, Victor Haya de la Torre e por Domingo Péron, com sua ideia de união sul-americano. E longe de ser uma utopia, o:

seu caráter utópico não lhe corresponde, pois essa unidade teve um lugar, existiu por três séculos, e o que sempre foi proposto foi sua restauração sob diferentes modelos. A unidade continental não é um não-lugar, uma utopia como as de São Tomás Moro, ou Campanella e sua Cidade do Sol, ou a Nova Atlântida de Francis Bacon. Esta é uma visão eurocêntrica de interpretação da unidade continental (Buela, 2004, p. 82).

Portanto, de acordo com Buela, a tarefa dos pensadores nacionalistas ibero-americanos, cientes dos problemas estruturais de seus respectivos países e das táticas

empregadas pelos inimigos, que vão do mero “dividir para conquistar” até artifícios de guerra híbrida, é de pensar novas formas de recriar essa “unidade de ideais”, que forneça o substrato histórico para a realização desse projeto político e supranacional, pois somente a criação de grandes espaços autocentrados pode remediar “o projeto de globalização e a alienação dos povos. E esse grande espaço nos é dado, ibero-americanos, em uma unidade continental sustentada por um nacionalismo de ‘pátria grande’” (Buela, 2004, p. 83).

Conclusão

O título desse artigo pode parecer romântico ou utópico, parecendo ignorar os antagonismos históricos, mas possui uma razão objetiva. Somente a identidade nacional, somente a afirmação nacional, como vimos historicamente no Vietnã, China, Cuba, Irã, Coreia do Norte, Burquina Faso, Venezuela e Rússia, e especificamente na América do Sul, uma identidade nacional continental, pode fazer frente ao Império e seus asseclas. Nenhuma revolução pode ocorrer abstratamente, alheia ao estrato material. E como vimos historicamente, toda revolução é essencialmente nacional, e nesse ponto, levando em consideração o papel da guerra híbrida, como “atividade secreta ou negada, apoiada por forças convencionais ou nucleares, para influenciar a política interna dos países alvos” (Savin, 2024, p. 64), somente um Estado forte, alicerçado em sua identidade nacional, não apenas com ciência dessas técnicas de guerra híbrida, mas com os meios para defender os interesses nacionais e sua integridade nacional, elaborando “entre si uma abordagem coordenada para entender, detectar e responder à guerra híbrida em seus interesses coletivos” (Savin, 2024, p. 61), em suma, capaz de proteger seu povo, que é sua maior riqueza, pode fazer frente ao *superimperialismo* e ao neoliberalismo. E aqui, pe. Caminha foi profético (1963, p. 12): “Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será *salvar esta gente*. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.”

Não pode haver democracia sem antes haver soberania, pois a soberania é uma pré-condição para a existência de uma democracia real, uma democracia do povo e para o povo. E um povo só é soberano, e só pode vencer, quando não apenas possui o poder das armas, mas das ideias: um povo é soberano quando sabe quem é, de onde é, como se organizar, para onde deve ir e quem é seu inimigo. Somente a união das identidades nacionais da “gente fortíssima da Espanha” (Camões, 2018, p. 10) pode fazer frente ao império.

Referências

- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. On the Cunning of Imperialist Reason. *Theory, Culture & Society*, 1999, (SAGE, London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 16(1). Fonte: <https://loicwacquant.org/wp-content/uploads/2018/03/lw-pb-1999-on-the-cunning-of-imperialist-reason.pdf>. Acesso em: 06/06/2025.
- BUELA, Alberto. *Hispano-América contra o Ocidente*. Tradução de Raphael Machado. Caxias do Sul: Editora *Ars Regia*, 2023.
- BUELA, Alberto. *Ensayos de Disenso*. 2.ed. Prólogo de Alberto Wagner de Reyna. Buenos Aires: Teoria, 2004.
- BENTO XVI, Papa. O coração escuta: Reflexões sobre os fundamentos da lei. *Reichstag*, Berlim, 2011. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/en/speeches/2011/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20110922_reichstag-berlin.html. Acesso em: 06/06/2025.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. Dominus: São Paulo, 1963. Disponível em: <https://portalabel.org.br/images/pdfs/carta-pero-vaz.pdf>. Acesso em: 06/06/2025.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Cotia: Pé de Letra, 2018.
- CHAVES, Wanderson *et al.* *Foundations, US Foreign Policy and Anti-Racism in Brazil: Pushing Racial Democracy*. New York: Routledge, 2023.
- HUDSON, Michael. *Superimperialism: the origin and fundamentals of U.S. world dominance*. 2.ed. Sterling: Pluto Press, 2003.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo*: etapa superior do capitalismo. Apresentação de Plínio Arruda Sampaio Júnior. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

REINAGA, Fausto. *La revolución india*: la mirada salvaje. 4.ed. La Paz: Minka, 2010.

SAVIN, Leonid. *Guerra híbrida e zona cinzenta*. Tradução de Raphael Machado. Caxias do Sul: Editora *Ars Regia*, 2024.

SLOBODIAN, Quinn. *Globalists*: the end of empire and the birth of neoliberalism. Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

SLOBODIAN, Quinn. *Crack-up Capitalism*: Market Radicals and the Dream of a World Without Democracy. Dublin: Penguin Random House, 2023.